

REPORTAGEM

Museu Imperial

(Reportagem especial para a "Revista do Serviço Público", de RUY BARCELOS)

EM pleno coração da Cidade Imperial, ou das Hortênsias como a denominam outros, ergue-se o bellissimo monumento de nossa história que é o Museu Imperial. Dentro dum extenso parque cercado de gradis verdes, entre árvores centenárias e flores maravilhosas, divisa-se o edifício central cuja côr rósea e cujas colunas brancas dão uma suave combinação na natureza exuberante de verde.

Não obstante ser Petrópolis um ativo centro de indústria têxtil, em tudo transpira ainda a placidez bucólica do seu ambiente, das suas ruas, do seu povo, da sua vida, como um prolongamento remoto da secular Fazenda Imperial do Córrego Sêco, de propriedade particular dos imperantes brasileiros, cujos descendentes ainda permanecem aqui retratando, com a simplicidade democrática de seu trato, aquela figura magnânima que foi D. Pedro II, e cuja estátua, em atitude contemplativa se vê na praça central da cidade que leva o seu nome, quase fronteiro ao parque do Museu Imperial.

Com o pensamento embalado nessas recordações fui-me aproximando do portão de entrada para pedestres acompanhando instintivamente um grupo de turistas que para ali se encaminhava com suas máquinas fotográficas, valises e alguns embrulhos certamente contendo recordações dessa cidade serana.

Do lado de fóra do portão estacionavam alguns carros. Provavelmente seus donos quiseram caminhar pelo parque em vez de se utilizar da excelente alameda cimentada que, por outro portão conduz à porta do edifício.

No portão vi um guarda em uniforme verde escuro, bem tratado e limpo, tendo na gola as iniciais M. I. Uniforme idêntico e igualmente bem cuidado usam os serventes dentro do museu, dando-lhe uma nota agradável de asseio e de capricho esmerado no trato ao público.

O parque é notável pela variedade que apresenta em árvores, arbustos e flores. Muitas espécies exóticas estrangeiras e nacionais trazidas por ordem

de D. Pedro II. As aléias bem tratadas assim como os canteiros e gramados. Pude ver um grupo de jardineiros ocupados em suas tarefas, absorvidos nos cuidados da preservação dessa flora magnífica. Aqui e ali algumas estátuas de mármore simbolizando divindades da mitologia grega. São algumas das que adornavam o parque no tempo do imperador, ao passo que outras, por um sentimento de pudicície natural na época, foram enterradas em alguma parte remota do parque quando, com o banimento da família imperial o edifício fôra alugado para servir como sede provisória do Colégio Notre Dame de Sion. À esquerda, a estátua, em corpo inteiro do imperador, fardado de almirante, como que contemplando sereno a evolução ambiente e o passar das décadas nessa cidade que fôra um êrmo há pouco mais de cem anos.

Antes de penetrar no palácio que hoje é a sede do Museu Imperial, e antes de procurar avistarme com o seu Diretor, dei a volta ao edifício e deparei outra construção bastante ampla, ainda em vias de conclusão, e soube pela gentileza de um dos guardas do parque que ali haverá vários salões de exposição, tais como o do Soldado do Império, da Cidade de Petrópolis e de Viaturas. Está localizado na parte posterior do palácio, ao pé do Monte Real ainda coberto de mata verdejante. Atrás de uma sebe de bambús, ainda na mesma direção, mais aos fundos, vi um caramanchão e estufa para orquídeas, a oficina de restaurações, o gabinete fotográfico, o refeitório para os serventes, bem como as instalações sanitárias e os locais onde mudam de roupa os jardineiros e os guardas. Tudo simples, asseiado, simpático. Ao lado se divisa a casita do Chefe de jardim. E voltei ôtimamente impressionado pelo cuidado extremo que pude observar nos menores detalhes da parte externa do Museu Imperial. Isso fez-me sentir antecipadamente que êste havia de realmente ser o que já ouvira falar dêle.

Junto às árvores e plantas observava pequenas taboetas com números que — vim a saber — serão substituídas por placas indicando as espécies



Alameda para automóveis, no parque do Museu Imperial, vendo-se ao fundo as dependências ainda em obras

vegetais, seu nome vulgar e científico, e sua procedência, trabalho de classificação feito pelo botânico Sr. João Geraldo Kuhlmann, atual Diretor do Jardim Botânico do Rio.

Aproximei-me do palácio. Estilo néo-clássico, sóbrio na sua simplicidade, tendo no frontal as armas imperiais sustentadas pelos tradicionais dragões — símbolo da Casa de Bragança.

Subindo alguns degraus amplos, com rampas laterais para os carros, estou diante da porta central. Mas, para entrar, calçam-me umas pantufas de sola de feltro cobertas por um pano de xadrês escuro e que se adapta ao sapato. Todos têm de calçá-las. Até os funcionários da casa. E' para conservar a casa limpa e o soalho polido, bem como para preservá-lo de ser arruinado com os anos de uso intenso pela grande visitação que está tendo diariamente. Outro servente uniformizado deu-me uma ficha e anotou algo numa folha de papel. A minha curiosidade de repórter levou-me a per-

guntar-lhe para que era aquilo e soube que assim faziam o contróle da visitação, podendo a qualquer momento informar o número e o sexo dos visitantes, bem como das crianças e das visitas coletivas especiais que estiveram no Museu.

Deixei a capa e a máquina fotográfica na portaria, onde recebi outra ficha numerada e não pude deixar de apreciar a presteza com que fui atendido na hora de saída pela funcionária, entre uma avalanche de capas, chapéus e embrulhos que havia ali, deixados pelos visitantes enquanto percorriam as salas de exposição.

O saguão de entrada, amplo, com colunas, e um lustre magnífico, de grandes mosaicos de mármore preto e branco que resplandecia pelo trato recebido, deixam uma impressão de agradável contraste com tantos outros que já vi anteriormente em outras visitas de reportagem.

Perguntei a um dos serventes si me seria possível falar com o Diretor e entreguei o meu cartão.

Minutos depois era introduzido no seu gabinete, singelo, mas sóbrio, tendo um belíssimo lustre de prata que fôra do Barão de Penedo, enquanto nosso Ministro em Londres.

O Diretor, Dr. Alcindo de Azevedo Sodré, recebeu-me com um amplo sorriso de simpatia que o caracteriza e que vi ser esboçado sempre, ainda mesmo em tratando com o funcionário mais humilde do Museu. E ouvi depois, a declaração de vários funcionários que o qualificavam expressivamente: — “êle é um amigo dos seus auxiliares”.

Ao dizer-lhe o motivo da minha visita imediatamente chamou alguns de seus colaboradores, os conservadores, e os apresentou, recomendando-me aos seus cuidados. São êles: — Sr. Alfredo Teodoro Rusins, Srta. Haydée D. Tommaso Bastos, e Srs. Paulo Olinto de Oliveira e Mário José da Silva Cruz; o ex-Diretor, durante o afastamento do Dr. Sodré enquanto fôra Prefeito Municipal de Petrópolis, Sr. Luís Afonso d'Escagnolle, o Pesquisador Especializado, Sr. Lourenço Luís Lacombe; e o Chefe da Portaria, Sr. Otávio Simões.

Todos davam a impressão de formar uma grande família, pela maneira franca e alegre com que se tratavam na frente do Diretor e, mais tarde, quando percorriam comigo as salas do Museu.

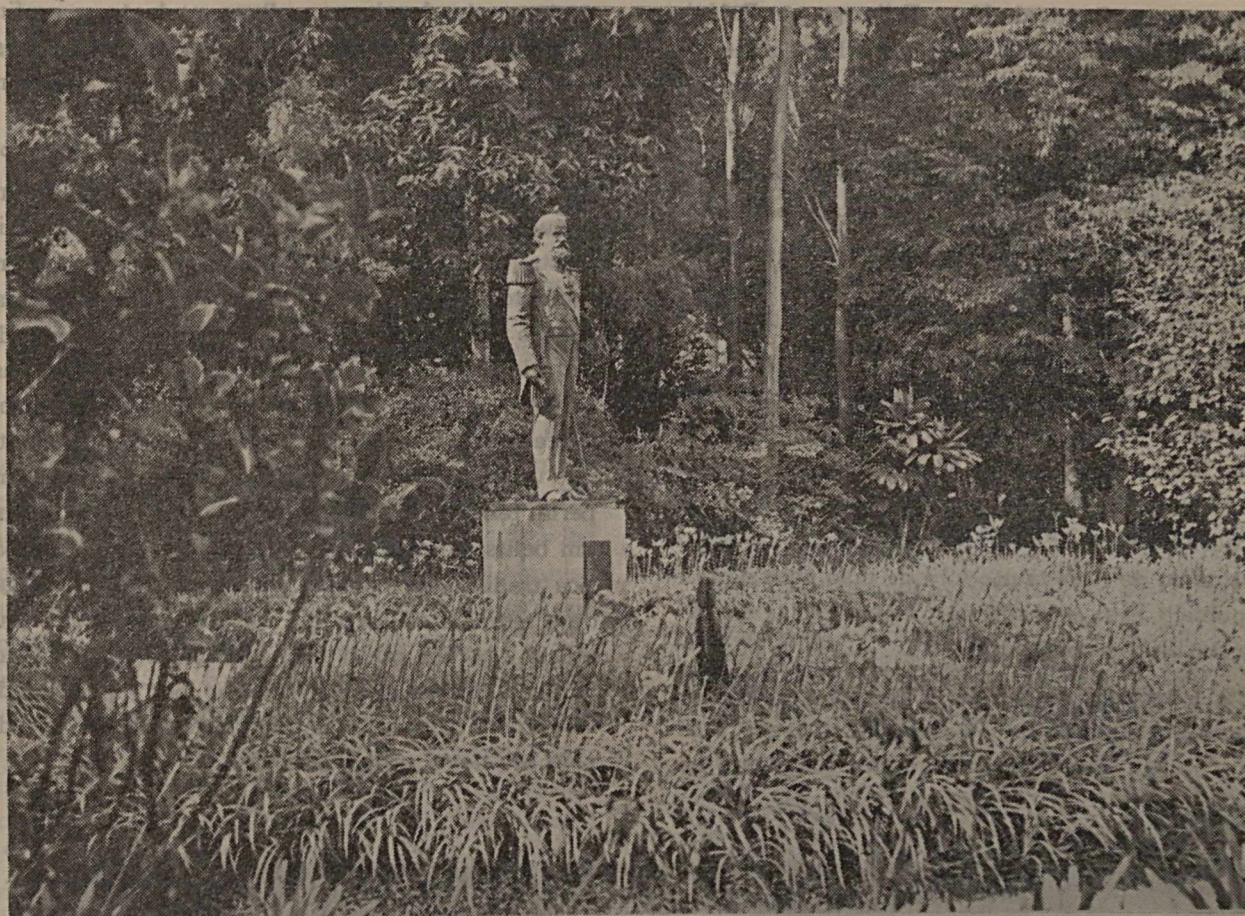
Antes, porém, enquanto entretinha conversação sobre aspectos técnicos da origem, da organização, dos trabalhos e das perspectivas da Casa, serviam-nos um café saborosíssimo perguntando eu, na minha irreverência de reporter, se acaso êsse não era ainda “imperial”.

E' curioso sentir-se o contraste aí. O Museu Imperial transpira o ambiente de uma verdadeira democracia em todos os gestos, atitudes e palavras de todos os seus funcionários, do Diretor ao servente.

Antes de percorrermos a Casa, fiz uma verdadeira “blitz” de perguntas, a fim de ver a eficiência da organização interna do Museu e surpreendi-me com a presteza com que me foram dadas as respostas e informações. A Secretaria tem todos os elementos bem organizados, em pastas e fichários que, de consulta fácil e rápida, surgiam sem sequer quebrar o fio da nossa palestra.



Vista do edifício do Museu Imperial



Um recanto do parque do Museu Imperial

Já havia escrito as minhas perguntas com antecipação a fim de evitar delongas, mas com admiração vi com que presteza o Dr. Sodré atendia a quantos o procuravam, seja por telefone, seja pessoalmente, sem perder o fio da nossa conversação, e a tudo ele imprimia o seu típico bom humor aliado a um grande cabedal de conhecimentos históricos e técnicos, e quando algum assunto requeria maiores esclarecimentos consultava os conservadores num tom de familiaridade que me causou surpresa.

Lembrei-me logo da parte da disciplina do Museu e receioso de magoar ou de exceder-me com uma pergunta menos discreta, aventurei-me: — “Dr. Sodré, que tal a disciplina entre os funcionários de Museu Imperial? Tem havido casos de punições por abusos?” Ao que ele solícito e sem pestanejar replicou: — “Sim, houve alguns poucos casos de advertência, repreensão e mesmo suspensão, mas são tão raros que praticamente diria que eles não existem. O culposo por si mesmo reconhe-

ce que faltou à devida cortezia para com os seus colegas e imediatamente procura dar provas de sua boa conduta a seguir”.

— “Qual a razão da instalação do M. I. neste local e não no Rio de Janeiro, sede da Corte?”

— “Sendo a Fazenda do Córrego Sêco propriedade particular do Imperador, mandou esse edificar nela uma casa de campo, e a 16 de março de 1843 decretou que fôsse aí fundada uma cidade. Assim sendo, verificou-se que a instalação de um Museu Imperial ficaria ideal na única residência edificada especialmente para esse fim para um Chefe de Estado no Brasil, pois as demais tôdas foram, e ainda são, casas adaptadas, como o Palácio de São Cristóvão, Paço da Cidade e Fazenda de Santa Cruz, tôdas já existentes anteriormente e que apenas sofreram aumentos e passaram por vários reformas, adaptações e melhoramentos. E ainda na República repete-se o mesmo fato. O Palácio Guanabara foi a residência da Princesa Isabel e chamava-se Palácio Isabel; o Palácio do Catete

pertencera ao Conde de Nova Friburgo, e o Palácio Rio Negro, residência de verão dos Presidentes da República aqui em Petrópolis, também pertencera ao barão dêsse nome.

Tendo sido a cidade de Petrópolis fundada pelo Imperador em terras de sua propriedade particular, e o Palácio construído por ordem e às expensas particulares dêle, aliado ao fato de aqui, na Catedral, repousarem seus restos mortais, e ao interesse turístico que representa a cidade, não poderia haver local mais apropriado para a instalação do Museu Imperial. No Rio de Janeiro o Palácio de São Cristóvão já está ocupado pelo Museu Nacional; o Palácio do Paço da Cidade, pelo Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, e a Fazenda de Santa Cruz, além de ficar muito fora de mão para o grande público, está ocupada por dependências do Ministério da Aeronáutica.

Em Petrópolis, D. Pedro II passou os dias mais tranquilos e felizes de seu reinado, entregue a estudo e meditação. Não poderíamos realmente en-

contrar outro local que melhor se adaptasse ao fim a que se destina e que melhor caracterizasse a pessoa do Imperador. Foi ainda aqui que o surpreendeu a República.”

— “Quando surgiu a idéia da criação do M.I.?”

“Alguns anos antes a 1940 eu havia formado um pequeno Museu Histórico Municipal no Palácio Cristal”, diz o Dr. Sodré, “mas sempre com o pensamento voltado para o Palácio Imperial e seu majestoso parque, que vinham servindo como sede do Colégio São Vicente de Paulo, dos padres Premonstratenses. A idéia foi tomando vulto quando, como vereador da Câmara Municipal, tive conhecimento que um dos administradores da então Fazenda Imperial tencionava lotear o parque, destruindo, assim, um belíssimo monumento da melhor e mais simpática tradição da cidade. O projeto fôra embargado a tempo e o único lote vendido, com certa relutância e a um preço bastante majorado, fôra novamente incorporado ao parque por aquisição do Governo Federal, antes que chegasse a ser tocado pelo seu novel proprietário.



Fachada central do Museu Imperial

(Decreto n.º 17.578, de 12 de janeiro de 1945, publicado no dia seguinte no D.O.):

“O Presidente da República,

Decreta: —

Art. 1. E' declarado de utilidade pública, para desapropriação, nos termos do art. 5, letra k, do Decreto-lei n.º 3.365, de 21 de junho de 1941, o terreno com área de 1.100 m², testada de 22 metros para a Avenida Sete de Setembro e 50 metros para a Praça Pedro II, inclusive pequeno trecho confinando com outro imóvel, situado em Petrópolis, Estado do Rio de Janeiro

Em dias de verão do ano de 1939, o então Presidente da República, Dr. Getúlio Vargas, num de seus passeios habituais pela cidade dirigiu-se ao Palácio Cristal e lá teve oportunidade de sugerir-lhe do interesse de se criar o Museu Imperial aproveitando-se o imóvel existente, e lembrando que a sua aquisição, pelo Governo, para aquêle fim, talvez não fôsse difícil. Sua Excelência julgou a idéia oportuna, levando em conta o interesse cultural da preservação das nossas tradições e dos elementos materiais ainda existentes, e não tardou muito quando, a 29 de março de 1940, asinou o Decreto-lei n.º 2.096, publicado no D.O. do dia seguinte, criando o Museu Imperial com séde na antiga residência de D. Pedro II, na cidade de Petrópolis.

Já em 1938 eu me havia interessado junto ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para proceder ao tombamento do Palácio Imperial como monumento histórico nacional”.

E o Dr. Sodré tomando do vol. I do Anuário do M.I. abriu-o à página 317 de onde transcrevi o seguinte noticiário: —

“Até 1938, o antigo Palácio Imperial de Petrópolis permanecia como simples propriedade particular, alugado a um educandário, quando foi então requerido o seu tombamento como monumento histórico nacional.

Assim, por ofício n. 1, de 31 de Maio de 1938, o diretor do Museu Histórico Municipal de Petrópolis, dirigia-se nêsse sentido ao Dr. Rodrigo Melo Franco de Andrade e a 20 de Junho do mesmo ano obtinha a seguinte resposta, por ofício n. 209:

“Tenho a honra de levar ao vosso conhecimento que o Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em sessão realizada no dia 14 do corrente, deliberou deferir o vosso requerimento no sentido de ser inscrito no Livro do Tombo a que se refere o art. 4.º, n. 2, do Decreto-lei n. 25, de 30 de Novembro de 1937, o edificio do antigo Pa-

lácio Imperial dessa cidade, de propriedade da Companhia Imobiliária de Petrópolis S. A., à qual foi expedida a necessária notificação, para os fins de direito”.

E no Diário Oficial, de 13 de Julho de 1938, página 13.929, era publicada a ata da 2.ª sessão ordinária do Conselho Consultivo do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, realizada no dia 14 de Junho do referido ano, com o seguinte registro:

“Processo n. 166-T — Monumento: Palácio Imperial de Petrópolis — Proprietária, Companhia Imobiliária de Petrópolis, Relator, Afonso Arinos de Melo Franco. Resolução:

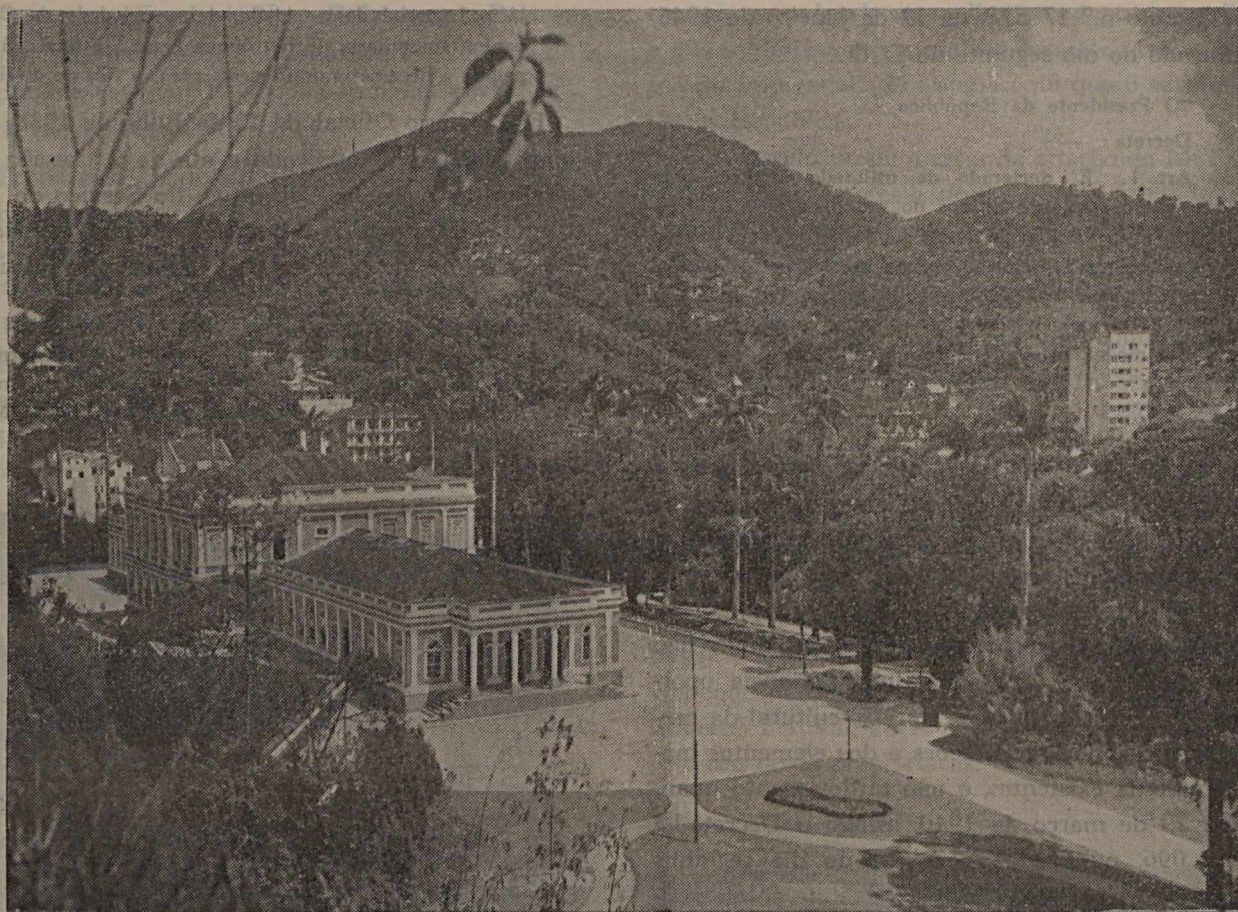


Vista lateral da fachada do Museu

— O Conselho resolveu, unanimemente, conhecer do requerimento do diretor do Museu Histórico de Petrópolis, no sentido do tombamento do edificio do antigo Palácio Imperial daquela cidade e indicar ao Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional que notifique essa deliberação ao proprietário do imóvel, para os fins de direito.”

— “Como foi realizada a aquisição do imóvel?”

“Encontrando-se o imóvel na jurisdição do Estado do Rio de Janeiro era necessário que sua aquisição se processasse pelo Governo Estadual. Este,



O Museu Imperial visto por traz, do Monte Real

de pleno acôrdo com a excelência de idéia, assim o fez”.

E transcrevi do mesmo vol. I do Anuário do M.I., págs. 318-322 o que se segue : —

“A AQUISIÇÃO DO IMÓVEL

Deliberação comum, do presidente Getúlio Vargas e do interventor Amaral Peixoto, instalarem no antigo Palácio um condigno museu nacional, e estabelecido entre os dois o *modus faciendi*, o comte. Amaral Peixoto deu instruções ao Secretário de Finanças do Estado do Rio, Dr. Rezende Silva, para entabular negociações com o proprietário do imóvel, relativamente à sua aquisição, por parte do Estado.

Logo a seguir, o Dr. Rezende Silva recebia a seguinte comunicação :

“Petrópolis, 24 de Setembro de 1938.

Exmo. Sr. Secretário de Finanças. — Niterói.

Na qualidade de Diretor-Presidente da Companhia Imobiliária de Petrópolis, sucessora da intitulada “Im-

perial Fazenda de Petrópolis”, levo ao conhecimento de V. Ex. que por diversas vezes fui procurado pelos Srs. Dr. Alcindo de Azevedo Sodré e Carlos de Magalhães Bastos que em nome do Sr. Interventor vieram indagar em que condições a Companhia aforaria o edifício do antigo Palácio Imperial e respectivo parque, para nêle ser instalado o Museu Histórico destinado a reunir tudo aquilo que pudesse recordar a grande figura do Imperador o Senhor Dom Pedro Segundo, de gloriosa memória.

Respondi a tão ilustrados emissários que em princípio a Companhia não desejava aforar o aludido imóvel, mas que tendo em vista as circunstâncias especia-
líssimas do destino que lhe seria dado, abriria de bom grado uma exceção em seu propósito; interrogado acêrca do preço, respondi que se poderia tomar por base inicial o valor de pequeno lote aforado há uns sete anos em comparação com a área total do parque, porque, quanto ao edifício, carecia de elementos para uma pronta resposta.

Pelo método apontado, o valor do parque seria de 1330 contos de réis, mais ou menos e dada a amplitude do edifício, poderia-se estimar o total em cerca de 2 mil contos.

Reduzindo a escrito, para ulterior deliberação do Exmo. Sr. Interventor, o ocorrido nas aludidas con-

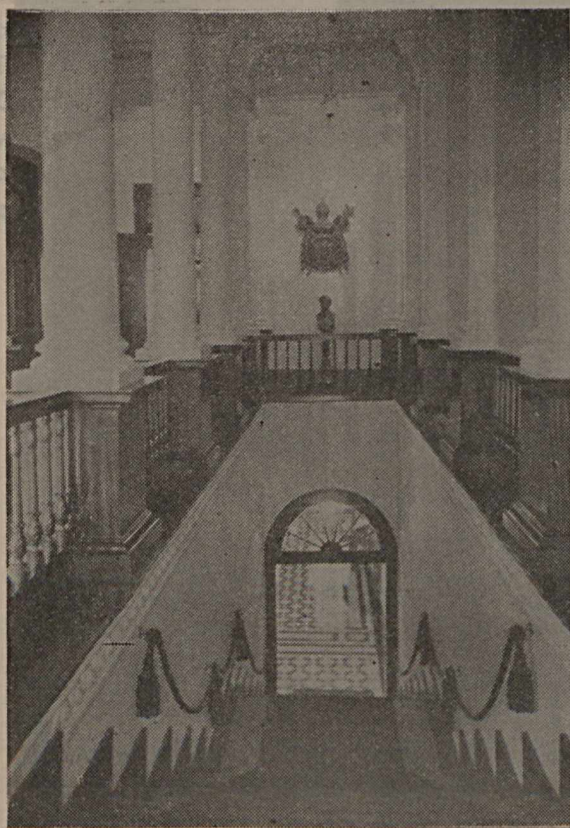
ferências, tenho o prazer de aguardar as ordens de V. Ex. para solicitar oportunamente dos Srs. Acionistas da Companhia a precisa autorização para fazer o aforamento, dentro das bases que forem assentes com V. Ex. e sem mais tenho a subida honra de apresentar à V. Ex. as minhas mais distintas saudações.

— Américo Mendes de Oliveira Castro".

E a aquisição do imóvel tomaria corpo com a assinatura dos seguintes atos oficiais:

DECRETO N. 684, DE 3 DE FEVEREIRO DE 1939

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, usando da atribuição que lhe confere o Artigo 181 da Constituição da República,



Escada que leva ao sobrado do Museu Imperial

DECRETA :

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição do imóvel denominado "Parque Imperial", sito à rua 7 de Setembro, na cidade de Petrópolis, com a superfície aproximada de 22,260 m².

Parágrafo único. A Diretoria do Domínio providenciará, em tempo útil, o levantamento da planta do referido imóvel.

Art. 2.º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

O Secretário de Estado das Finanças assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, Fevereiro de 1939.

(aa) Ernani do Amaral.

J. Resende Silva.

DECRETO-LEI N. 44, DE 27 DE NOVEMBRO DE 1939

O Interventor Federal no Estado do Rio de Janeiro, na conformidade do disposto no Art. 6.º, n. IV do Decreto-lei n. 1.202 de 8 de Abril de 1939.

Considerando que o Governo Federal resolveu instalar o "Museu Imperial" na cidade de Petrópolis, onde teve histórica residência a antiga Família Imperial do Brasil;

Considerando que é de propriedade do Estado, disponível no momento, o imóvel denominado "Parque Imperial", na cidade de Petrópolis, onde bem localizando ficará o referido Museu Imperial;

Considerando que o Estado foi autorizado a doar à União o imóvel denominado "Parque Imperial", na cidade de Petrópolis;

DECRETA :

Art. 1.º O Estado transferirá do seu patrimônio para o da União, por escritura pública de doação, o imóvel de sua propriedade, denominado "Parque Imperial", situado na avenida 7 de Setembro, na cidade de Petrópolis, com a área já demarcada, de 22,330 m², 8465, bem como todas as benfeitorias ali existentes, inclusive a antiga residência da Família Imperial.

Parágrafo único. A doação será feita para que seja instalado no imóvel o "Museu Imperial", revertendo ao patrimônio do doador o imóvel com todas benfeitorias assim as já existentes como as que acresçam de futuro, desde que não mais se torne necessário aos fins a que se destina.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

O Secretário de Estado das Finanças assim o tenha entendido e faça executar.

Palácio do Governo, em Niterói, 27 de novembro de 1939.

(aa) Ernani do Amaral.

Walfredo Martins.

A CRIAÇÃO DO MUSEU IMPERIAL

O Diário Oficial, de 30 de Março de 1940, publicava o seguinte :

DECRETO-LEI N. 2.096 DE 29 DE MARÇO DE 1940

Cria, na Cidade de Petrópolis, o Museu Imperial,

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

DECRETA :

Art. 1.º Fica criado o Museu Imperial, na cidade de Petrópolis.

Art. 2.º O Museu Imperial terá por finalidades :

a) recolher, ordenar e expor objetos de valor histórico ou artístico referentes a fatos e vultos dos reinados de D. Pedro I e, notadamente, de D. Pedro II;

b) colecionar e expor objetos que constituam documentos expressivos da formação histórica do Estado do Rio de Janeiro e, especialmente, da cidade de Petrópolis;

c) realizar pesquisas, conferências e publicações sobre os assuntos da história nacional em geral e de modo especial sobre os acontecimentos e as figuras do período imperial, assim como da história do Estado do Rio de Janeiro e, particularmente da cidade de Petrópolis.

Art. 3.º O Museu Imperial será instalado no antigo Palácio Imperial, na cidade de Petrópolis.

Art. 4.º Ficam criados, no quadro I do Ministério da Educação e Saúde, um cargo em comissão, padrão L, de diretor, e um cargo, padrão K, de Secretário do Museu Imperial.

Art. 5.º Os serviços do Museu Imperial serão executados por funcionários do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde e por pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 6.º Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de 168:400\$000 (cento e sessenta e oito contos e quatrocentos mil réis), para atender, no corrente exercício, às despesas de manutenção do Museu Imperial, sendo 50:400\$0 (cincoenta contos e quatrocentos mil réis) para as despesas com o provimento dos cargos criados por este decreto-lei, 18:000\$0 (dezoito contos de réis) para as despesas com pessoal extranumerário e 100:000\$0 (cem contos de réis) para as despesas de material, conforme a discriminação a ser decretada.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de Março de 1940, 119.º da Independência e 52.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa."

"Com a enorme valorização dos terrenos e imóveis na cidade de Petrópolis nos últimos cinco anos, parece hoje irrisória a quantia paga pelos mesmos em 1939 quando, deduzidas diversas cobranças a fazer à Cia. Imobiliária de Petrópolis,

ficou muito aquém dos Cr\$ 2.000.000,00 o que hoje representa no mínimo cinco vezes mais.

Muitas outras vezes o M.I. teve oportunidades de fazer aquisições grandemente vantajosas tendo nascido sob um signo tão favorável, e que hoje possivelmente se tornariam praticamente impossíveis pela enorme valorização que têm tido os objetos históricos".

— "Houve necessidade de obras de maior vulto no edifício para adaptá-lo às exigências do M.I.?"

"Sim. Ocupado que foi durante 48 anos por dois estabelecimentos de ensino — de 1892-1908, pelo Colégio Sion, e de 1908-1940, pelo Colégio São Vi-



Corredor da ala esquerda, vendo-se ao fundo o Museu Imperial

cente, bem se pode calcular as modificações introduzidas no edifício, pondo abaixo várias paredes para instalar salas de aula, e o desgaste natural durante tantos anos que sofreu o seu soalho primitivo. Foi mesmo necessário substituí-lo inteiramente na ala direita do Palácio. Externamente ainda está em vias de conclusão a dependência que abrigará três amplos salões de exposição, o do Soldado do Império, o dedicado à Cidade de Petrópolis para o qual serão levadas as peças do antigo Museu

Municipal de Petrópolis, e o salão de Viaturas. Para 1947 esperamos ter tôdas as obras inteiramente concluídas e talvez mesmo todos os salões já abertos à visitação pública”.

— “Qual a procedência das peças expostas uma vez que em Petrópolis quase nada existia?”

— “Muitas foram as procedências, seja por transferência, por doação, por permuta ou por aquisição.

As transferências mais importantes foram de peças que vieram do Palácio do Ministério das Relações Exteriores, onde o Barão do Rio Branco havia recolhido um excelente conjunto de peças históricas da monarquia; do Palácio do Catete; do Tesouro Nacional e da Casa da Moeda — as duas coroas e o cetro grande; ;— da Prefeitura do Distrito Federal, por cujo intermédio, ao adquirir o Parque da Cidade de propriedade do Sr. Guilherme Guinle, veio transferido para aqui um notável acervo de objetos imperiais que se encontravam lá, bem como no Museu da Cidade, da mesma Prefeitura, e de sua Tesouraria; do Museu Histórico Nacio-

nal; da Biblioteca Nacional; da Escola e do Museu Nacional de Belas Artes; do Museu Nacional; do Ministério da Guerra; e de outras procedências.

A lista dos doadores sobe a muitas centenas entre os quais, devido ao volume e importância das doações feitas, poderia citar os nomes do Dr. Pedro de Paranaguá, Sr. Vasco Lima, Exm.^a Snr.^a Viúva Lineu de Paula Machado, e outros.

As permutas foram realizadas, principalmente na nossa coleção de porcelanas brazonadas, com muitos dos colecionadores particulares e com o Museu Histórico Nacional por peças em duplicata de propriedade do M.I. por outras de que o Museu não dispunha, e isso sempre na base de vantagem para a Casa.

As aquisições mais volumosas em seu conjunto foram: a coleção de louça brazonada do Dr. Carlos Frederico da Silva; parte da coleção adquirida pelo Governo Federal ao Dr. Djalma Fonseca Hermes; a coleção do Dr. Joaquim Catramby; e a das Snras. irmãs Figueiredo, filhas do pintor Aurélio Figueiredo, e sobrinhas do grande Pedro Américo.



Salão de Conferências do Museu Imperial



Dr. Alcindo de Azevedo Sodrés, Diretor do Museu Imperial, na sua mesa de trabalho

Tôdas as peças antes de serem expostas são examinadas quanto à ausência de cupim, são restauradas se necessário, fichadas, catalogadas e avaliadas ao preço médio na data quando isso é feito”.

— “A reestruturação do M.I. decretada há pouco veio alterar basicamente o andamento dos serviços do mesmo?”

“Não. O decreto-lei n.º 9.190 de 22 de abril do corrente ano (1946), publicado no D.O. a 24 do mesmo mês, veio atender às necessidades do M.I. no sentido de dar-lhe a elasticidade necessária para o seu franco desenvolvimento dentro da experiência do tempo em que está funcionando, pois o regimento anterior fôra feito “in ausente” na mesma data da criação do M.I. e antes mesmo de ser designado o Diretor, portanto à revelia de todo e qualquer funcionário que veio depois servir aqui e tinha de sentir-se restringido pela inadaptação do regimento primeiro às reais necessidades da Repartição. O atual regimento, mesmo que não atinja o programa ideal de um museu mo-

derno, parece ser excelente dentro das circunstâncias ambientes e das necessidades que ainda não pudemos contornar”.

— “Quais as normas adotadas pelo M.I. a fim de enquadrá-lo entre os museus tènicamente modernos, uma vez que êle é de criação recente?”

“Em primeiro lugar, o público é o legítimo dono da Instituição e tudo é feito para facilitá-lo, para atendê-lo e para causar-lhe boa impressão através da arrumação e conservação esmerada que procuramos dar às nossas coleções. Parodiando, procuramos realizar a frase em que se anuncia que “o freguês tem sempre a razão”.

Não utilizamos das antipáticas e antiquadas placas de “E’ proibido tocar”, “E’ proibido fumar”, “E’ proibido pisar na grama”, “E’ proibido colher flores”, etc.

Nas salas onde há cordão de isolamento êste só existe como proteção aos tapetes que cobrem o soalho e que são autênticos Aubusson do século passa-

do. Nas demais salas, onde não há tapetes, o curso é livre.

Recompondo a maior parte das salas como se fôra de uso atual ainda, imprimindo-lhes o cunho de reconstituição de ambientes, zelamos ciosamente pelo asseio e ordem, como se diariamente recebêssemos visitantes ilustres em nossa residência particular, pois cremos que o nosso povo já está bastante evoluído para sentir que um museu não é um depósito de objetos velhos, franqueado ao público, empoeirados e cheios de cupim. Existem outros detalhes, tais como vitrinas especiais, que não podemos realizar prontamente devido a dificuldades técnicas do momento e seu alto custo aguardando por ocasião mais oportuna”.

— “Está correspondendo à expectativa dos moldes técnicos a aplicação dos conceitos modernos de museu em relação ao nosso ambiente?”

“Perfeitamente. Dispensamos ao nosso povo a consideração que merece um público culto e educado e não temos queixas por abusos ou por não corresponder êsse à nossa confiança. E podemos observá-lo bem no fato de que os objetos expostos abertamente não têm sofrido por isso, pois nosso povo sabe reconhecer o lugar onde se encontra e o tratamento que lhe dispensamos para respeitar e observar os objetos expostos em vez de querer danificá-los. Se alguém se senta numa poltrona que foi do imperador, ou se toca na espineta que veio na Corte de D. João VI, é mais pelo desejo de poder afirmar que já se sentou numa cadeira imperial ou que já dedilhou num cravo do século XVIII, e não pelo espírito de querer abusar dos objetos apresentados. Estamos plenamente satisfeitos com o nosso povo”.

— “Qual é a relação que o M.I. mantém com a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional?”

“A mais íntima possível. Agrada-nos trabalhar de comum acôrdo com o órgão máximo na proteção dos bens culturais do Brasil. E não temos de que nos arrepender disto. A sua colaboração direta nas obras de restauração do Palácio, na de outras obras de construções e na do Parque foi-nos e ainda está sendo inestimável. E oxalá nunca nos falte! Em todo e por tudo só vemos vantagens técnicas e morais em manter relações cada vez mais estreitas com a D. P. H. A. N.”

— “Qual o contacto que existe entre o M.I. e os demais museus federais e outros?”

“Apenas um contacto formal. Ainda nos falta, no ambiente nacional, uma vinculação estreita entre os museus, algum boletim coletivo, alguma entidade que forme uma grande família dos que se dedicam a assuntos de museologia. Existe, na verdade, o Instituto Brasileiro de História da Arte, que tem reunido no seu seio quase todos os conservadores do Distrito Federal e do Museu Imperial, além de diversos outros talentos conhecedores do assunto. Mas a sua atividade é independente, inteiramente desligada dos museus como instituições patrocinadoras. Sempre que há alguma consulta a fazer, o que observamos é a ligação individual de amizade que une os conservadores e esporadicamente a correspondência oficial entre os Diretores. Mas fora disso nada de especial pode ser observado. Até pelo contrário. Geralmente, os museus se olham com certo retraimento pois receiam que um ou outro museu possa vir a pedir-lhe a cessão de algum objeto. Êsse ciúme é natural que exista em museus particulares, resultados do amor de colecionar antiguidades de alguns indivíduos, mas não em museus oficiais. Vêzes há onde o próprio público nos pergunta porque determinadas peças não são trazidas de outros museus para aqui, por ser êste o lugar ideal para elas pela natureza expressiva do período imperial dentro do ambiente que estamos formando.

De nossa parte, posso afirmar com tóda a sinceridade, tal espírito foi banido desde o início e a prova do que afirmo é que, em 1941, o M.I. de iniciativa espontânea mandou a Sabará, Minas Gerais, nove cadeiras antigas com espaldar de couro tendo gravadas as armas da cidade para o futuro Museu do Ouro, que somente agora, dia 16 de maio foi inaugurado na mesma Casa da Câmara Municipal primitiva. Êste mesmo espírito observámos da parte do Museu Histórico Nacional, cedendo-nos 14 peças, do Museu Nacional de Belas Artes que nos cedeu 15 peças, do Museu Nacional, cedendo-nos 11 e do Museu da Cidade, do Distrito Federal, de onde saíram 6 peças.

Contudo, esperamos que em dias futuros concretise mais enfaticamente êste espírito de colaboração entre os museus.”

— “Existe algum contacto do M.I. com museus estrangeiros?”

— “Atualmente só mantemos a permuta de publicações com alguns dos museus norte-americanos e argentinos. Esperamos futuramente manter relações mais íntimas com outros, com a normalização dos transportes e com a nomeação dos “membros correspondentes do M.I.” que foi autorizada pelo novo regimento do nosso Museu”.

— “Qual a situação econômica do M.I. diante do plano de economia nacional recomendado e adotado pelo Governo?”

“Só a parte de aquisição ficou afetada dentro desse plano. As demais despesas decorrentes normalmente com a manutenção do Museu e aprovadas em orçamento nacional nada sofreram, salvo a nomeação de alguns servidores para substituir outros demissionários. Assim, o M.I. fez a sua quota de sacrifícios para atender ao plano de economia nacional quando lhe foi suprimida a verba de Cr\$ 686.643,00 destinada em orçamento deste ano para a aquisição da valiosíssima coleção de moedas, medalhas e condecorações do período imperial, ao todo 2.243 peças, de propriedade do Dr. Mário Góes de Vasconcelos e que já estava em entendimentos durante mais de três anos, tendo sido avaliada por duas comissões designadas pelo Governo. Foi pena o Museu não receber esta coleção agora, pois no futuro poderá ela ser vendida a particulares ou ser desdobrada, e assim talvez nunca mais consigamos obter peças raras, algumas únicas, que tanto enriqueceriam as nossas demais coleções. Mas concordamos plenamente com a quota de sacrifícios que nos tocou na economia nacional”.

— “Quais são as seções do M.I. e qual a sua importância do ponto de vista do interesse técnico, histórico e cultural?”

— “O M.I. atualmente se divide em três Divisões e um Serviço Auxiliar. As Divisões são: I — Monarquia Brasileira, subdividindo-se em duas Seções agrupando atividades tecnicamente mais facilmente executáveis, tais como: a) Seção de Brasil-Reino e Brasil-Império; b) Seção de Porcelanas e Cristais brasonados; Cidade de Petrópolis e Viaturas. II — Ourivesaria, compreendendo: a) Seção de Jóias, Miniaturas e Prataria; b) Condecorações, Medalhística e Numismática Imperial; III — Documentação Histórica, abrangendo: a) Biblioteca, Filatelia, Mapoteca, Estampas, b) Arquivo, Documentação Fotográfica, Publicações e Intercâmbio Cultural; IV — O Serviço Auxiliar com-

preende: a) Seção de Administração; b) Portaria, c) Vigilância, d) Oficina de Restaurações, e) Depósito, f) Gabinete Fotográfico, g) Parque.

Esta divisão de trabalhos realizados aqui é o resultado de experiências de alguns anos e que — vimos — atende melhor às nossas necessidades internas. Quanto à parte relativa à organização interna, é vasada nos moldes mais rigorosos de técnica moderna, seja na parte de técnica de museus, a cargo de conservadores aprovados todos em concursos de provas e títulos realizados pelo DASP, como também na parte relativa à Divisão de Documentação Histórica e à Seção Administrativa. Tendo o M. I. iniciado a sua existência em plena época de renovação de sistemas técnicos foi-nos fácil enquadrar a nossa repartição nesses moldes desde os seus primeiros dias de existência e plenamente satisfeitas as necessidades nos anos de sua existência.

Há fichas técnicas modernas tanto nas duas Divisões Históricas, todas com fotografias dos objetos, descrição, dimensões, procedência, avaliação, e histórico individual da peça em aprêço, como também na Divisão de Documentos e no Serviço Administrativo, a primeira com um excelente fichário das obras, autores e assuntos, bem como do movimento de expedição do nosso Anuário e das permutas de outras publicações, e a segunda, com um completo fichário de todo o movimento da Secretaria e da visitação, como ainda com a ficha individual completa de cada funcionário, de modo a podermos ter qualquer informação em todos os setores de nossas atividades em alguns minutos apenas”.

— “Qual o patrimônio atual do M.I. e que perspectivas tem para novas aquisições?”

“No meu relatório anual a o Sr. Ministro da Educação e Saúde, referente ao ano de 1945, mencionei os seguintes dados extraídos do inventário procedido anualmente do movimento de material entrado no M.I. até o fim do ano passado: — em 31 de dezembro de 1945 o número de registro do inventário do material entrado no M.I. alcançou a cifra de 8.639 objetos, contado desde a criação do M.I. até àquela data, atingindo esses a quantia de Cr\$ 13.960.846,66 (treze milhões, novecentos e sessenta mil, oitocentos e quarenta e seis cruzeiros e sessenta e seis centavos).

E' preciso notar que essa quantia está muito abaixo dos valores atuais de quase totalidade dos

objetos cuja avaliação fôra feita na data de sua entrada no museu, aos preços médios na época, dos quais a maioria tem sofrido uma alta incrivelmente brusca atingindo até a proporções que excedem de 2.000 %, fato facilmente verificável em relação às porcelanas brazonadas que, atualmente chegam a ultrapassar Cr\$ 10.000,00 por peça quando o M.I. tem muitas delas adquiridas ainda ao preço de Cr\$ 500,00, Cr\$ 800,00 ou Cr\$ 1.000,00.

Desta forma, sem receio de exagerar, avaliando a grosso modo pelo que isso representaria atualmente baseado nos preços correntes, imóvel e acervo reunido nêle, poderia dar uma base de Cr\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de cruzeiros).

Quanto às novas aquisições por compra, transferência ou doação, há inúmeras em vista, mas é preferível não tocar no assunto porque nem sempre as previsões muito otimistas se realizam conforme o nosso desejo".

— "Executa o M.I. alguns planos de atividades especiais? Quais?"

"O M.I. tem promovido inúmeras conferências, bem como cedido o seu salão de conferências para o Instituto Histórico de Petrópolis e à Prefeitura Municipal.

— Assim, desde a sua inauguração já foram realizadas as seguinte: *Patrocinadas pelo M.I.:*

"Arte Gótica" — Dr. Ovídio Cunha.

"Petrópolis de outrora" — Frei Estanisláu Schaette.

"Imperatriz Amélia" — Dr. Afrânio Peixoto.

"Barão do Rio Branco" — Dr. Leví Carneiro.

"O Marquês do Paraná no Rio da Prata" — Dr. Leão Teixeira Filho.

"Condessa de Itapagipe e outros retratos" — Dr. Pedro Calmon.

"Aspectos da Cultura Chinesa" — Frei João Baptista Kao-se-tien.

Patrocinadas pelo Instituto Histórico de Petrópolis:

"Centenário da Fundação de Petrópolis" — Dr. Pedro Calmon.

"Casamento de D. Pedro II" — Alfredo Teodoro Rusins.

"Primeira viagem de D. Pedro II à Inglaterra" — Sr. Francisco Marques dos Santos.

"A Condessa de Barral" — Dr. Américo Jacobina Lacombe.

"Variações em torno da dôr" — Ministro Goulart de O'liveira.

"Hermogênio Pereira da Silva" — Dr. Sá Earp Neto.

"D. Pedro II na pacificação do Rio Grande do Sul" — Dr. Alcindo Sodré.

"O Major Sérgio Marcondes de Andrade" — Dr. Leão Teixeira Filho.

"O Chanceler da Paz" — Dr. Rangel Pestana.

Sessão solene em homenagem aos Bispos Brasileiros, por ocasião do Congresso Eucarístico em Petrópolis, sendo orador o Dr. Mário Aloísio Cardoso de Miranda.

Patrocinadas pela Prefeitura Municipal de Petrópolis, em língua francesa: —

"La Littérature française — Verlaine" — Prof. Michel Simon.

"Contes d'Enfants — Contes primitifs" — Prof. Alberto Childe.

"Le prêtre dans le roman français moderne" — Pe. Secondi.

Além disso, o salão foi cedido para a reunião da fundação da Sociedade Filatélica e Numismática de Petrópolis e para sessões solenes de recepção de novos acadêmicos da Academia Petropolitana de Letras.

— O M.I. mantém todos os anos um curso interno para a preparação intelectual do seu grupo de zeladores, função essa que tem por finalidade especial guiar o público nas salas de exposição.

— O serviço de permuta de publicações do M.I. com outras instituições culturais está crescendo dia a dia e esperamos manter um contacto mais regular com as do estrangeiro, assim que haja maior regularidade de meios de comunicação, especialmente com a Europa.

— Pelo novo regimento o M.I. terá "Membros Correspondentes" dentro e fora do país, designados pelo Diretor, a fim de estreitar os laços de intercâmbio cultural fora de sua sede.

— O Secretário do M.I., Sr. Alfredo Teodoro Rusins, durante os quatro anos que está aqui, já realizou 8 viagens em nome do M.I., sete dentro do país, de norte a sul, e uma ao exterior, estudando a organização dos museus latino americanos e o intercâmbio cultural nesta esfera de atividades tôda a América do Sul, sendo que quase a totalidade dessas viagens fôra feita a expensas próprias e redundaram em apreciável acréscimo do patrimônio do museu por doações recebidas nelas que vão para mais de Cr\$ 150.000,00 e num contacto direto dum funcionário do museu com outros museus, bibliotecas, colecionadores de antiguidades e historiadores.

— O M.I. ainda participou em algumas exposições fora da sua sede. Em março de 1943, na "Exposição Iconográfica do Centenário de Petrópolis" no Grupo Escolar D. Pedro II, em Petrópolis, com alguns quadros; nas exposições de "Leques" e "Miniaturas" promovidas pelo Museu Nacional de Belas Artes, no Rio, respectivamente em dezembro de 1944 e novembro de 1945; e comemorando o 1.º Centenário da Colonização Alemã em Petrópolis, realizou na sua sede, nos meses de junho e julho de 1945, uma exposição retrospectiva.

— Aos sábados, à tarde, durante o verão costuma reunir-se na sala de leituras da Biblioteca do M.I. um grupo seletivo de intelectuais nacionais e estrangeiros que vêm passar os fins de semana em Petrópolis e realizam "Tertúlias Históricas", muito interessantes, e sempre bem concorridas, não obstante seu caráter privado, e denominadas, com muito espírito, pelos seus componentes de "Léro-léro".

— "Edita o M.I. alguma publicação? qual?"

— "Presentemente temo-nos limitado à publicação do Anuário do Museu Imperial, do qual já saíram 3 volumes e o 4.º já está em vias de ser ultimado. Futuramente, é nosso pensamento, publicar monografias especializadas sobre as coleções, o catálogo e postais com vistas do museu.

O Anuário é uma publicação de grande formato, impresso em papel couché, com ilustrações, muitas delas a cores, tratando de assuntos vários, relativos às finalidades do museu e escritos pelos funcionários do mesmo e por historiadores de reconhecida autoridade.

Assim, o primeiro volume, com 334 páginas contém, além do Prefácio e o Noticiário, esse último no fim, os seguintes artigos:

"Dom Pedro II em Petrópolis" — Dr. Alcindo Sodré.

"Nobreza brasileira" — Dr. Américo Jacobina Lacombe.

"O Leilão do Paço de São Cristóvão" — Sr. Francisco Marques dos Santos.

O segundo volume, com 300 páginas, consta dos seguintes trabalhos, também além do Prefácio e do Noticiário: —

"Pedro II — Aspectos de sua personalidade" — Dr. Wanderley Pinho.

"D. João VI, a transmigração da família real portuguesa e a colonização do Brasil no jornal "O Conciliador do Reino Unido", do Visconde de Cairú (1821)" — Dr. Hélio Viana.

"As duas últimas festas da Monarquia — Bodas de Prata de suas Altezas Imperiais — O Baile da Ilha Fiscal — Memórias (inéditas) do engenheiro Adolfo José del Vecchio, construtor da Ilha Fiscal" — Sr. Francisco Marques dos Santos.

"A elevação de Petrópolis a Cidade" — Dr. Mesquita Pimentel.

"Imperatriz Amélia" — Dr. Alcindo Sodré.

"Uma cerimônia na Corte em 1864" — Sr. Lourenço Luís Lacombe.

"Louça da Companhia das Índias" — Sr. Alfredo Teodoro Rusins.

"O Paácio Imperial de Petrópolis" —

"Arquivo do Museu Imperial" —

O volume terceiro, com 264 páginas, apresenta: —

"Cartas do Barão de Taunay a Dom Pedro II" — Sr. Afonso de E. Taunay.

"A Mimá de Gobineau" — Dr. Afrânio Peixoto.

"Centenário dos primeiros selos do Brasil" — Dr. Roberto Thut.

"Varnhagem no Paraguai — Uma caçada de Antas em Petrópolis" — Dr. Clado Ribeiro de Lessa.

"Porcelanas da Casa de Bragança" — Gastão Penalva.

"Memorial do Rio de Janeiro" — Ferreira da Rosa.

"O Conde da Barca" — I. M. de Loreto, O. P.

"Dom Pedro II, Chefe de Estado" — Dr. Alcindo Sodré.

"Ligeiras Notas sobre Leques" — Srta. Nilza Botelho.

"Arquivo do Museu Imperial".

Continúa no próximo número.